

A ATUAÇÃO DE PREFEITURAS MUNICIPAIS NA PRESERVAÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: O CASO DO PROJETO “LIXO QUE VALE” EM UMUARAMA – PR

Géssica Roberta Rodrigues de Paiva¹

Francieli Sant' ana Marcatto²

Ricardo Henrique Bueno³

RESUMO: O presente trabalho tem por objetivo realizar uma análise do funcionamento do projeto “Lixo que Vale” no município de Umuarama - PR, como subsídio para a atuação de prefeituras municipais na preservação de Unidades de Conservação – UCs. O método de análise se fundamentou na pesquisa bibliográfica e no levantamento de informações junto a Prefeitura Municipal de Umuarama – PR. Os resultados demonstraram que a implantação do projeto proporcionou melhoria na qualidade de vida da população, conservação da Área de Proteção Ambiental e a geração de renda para as famílias envolvidas. Diante do retorno positivo do programa, conclui-se que o modelo pode servir como subsídio para a implantação do projeto em outras prefeituras municipais, garantindo a preservação ambiental de áreas naturais protegidas.

PALAVRAS-CHAVE: Unidades de Conservação. Preservação ambiental. Administração pública.

THE TOWN HALL ACTION IN PRESERVATION OF UNITS OF CONSERVATION: THE CASE OF PROJECT "VALUABLE GARBAGE" IN UMUARAMA – PR

ABSTRACT: *This paper aims to conduct a review of the operation of project "valuable garbage" in municipal district of Umuarama – PR, as support for the work of municipal governments in the preservation of protected areas - UCs. The analysis method was based on bibliographic research and collection of information from the municipal district of Umuarama – PR. The results demonstrate that the project implementation has provided improvement in people's quality of life, conservation of the Environmental Protection Area and the generation of income for the families involved. Before the positive feedback of the program, it is concluded that the*

¹Tecnóloga em Meio Ambiente, Universidade Estadual de Maringá- UEM.
roberta_18_grp@hotmail.com

² Mestranda em Geografia, Universidade Estadual de Maringá. fran_marcatto@hotmail.com

³ Mestrando em Geografia, Universidade Estadual de Maringá. buenogeography@gmail.com

model can serve as a resource for project implementation in other municipalities, ensuring environmental preservation of protected natural areas.

KEYWORDS: *Units of Conservation. Environmental Preservation. Public Administration.*

LA ACTUACIÓN DE AYUNTAMIENTOS MUNICIPALES EN LA PRESERVACIÓN DE UNIDADES DE CONSERVACIÓN: LO CASO DEL PROYECTO “LIXO QUE VALE” EN UMUARAMA – PR

RESUMEN

Este trabajo tiene como objetivo realizar un análisis del funcionamiento del proyecto "Lixo que Vale" en el municipio de Umuarama – PR, como subsidio a la actuación de los gobiernos municipales en la preservación de las Unidades de Conservación – UCs. El método de análisis se basa en la revisión bibliográfica y en levantamiento de informaciones en el Ayuntamiento Municipal de Umuarama – PR. Los resultados mostraron que la implementación del proyecto ha proporcionado mejora en la calidad de la vida de la gente, la conservación del Área de Protección Ambiental y la generación de renta para las familias involucradas. Ante de la respuesta positiva del programa, se concluye que el modelo puede servir como un subsidio para la implementación del proyecto en otros ayuntamientos municipales, garantizando la preservación ambiental de las áreas naturales.

PALAVRAS-CLAVE: *Unidades de Conservación. Preservación Ambiental. Administración pública.*

1. INTRODUÇÃO

O comprometimento com a preservação da natureza é parte de uma postura ética que órgãos públicos e privados devem adotar em favor da sociedade e do meio ambiente.

Historicamente, a intensificação da ocupação urbana e o aumento populacional provocaram desequilíbrios ambientais que não foram acompanhados por estratégias e técnicas administrativas a fim de executar uma boa gestão das áreas naturais protegidas (SEIFFERT, 2009).

O Sistema Nacional de Unidades de conservação – SNUC aprovado pela Lei nº 9985/2000 (BRASIL, 2000) foi criado com a finalidade de estabelecer normas e critérios quanto à criação, implantação e gestão de unidades de conservação, tratando-se de um primeiro passo para o gerenciamento e proteção dessas áreas. No entanto, existe uma dificuldade

dos órgãos públicos em implementá-lo, em função da ausência de uma estrutura de gestão (DEBETIR, 2006).

Segundo a referida lei, dentre as áreas protegidas existem as unidades de conservação de uso sustentável, que são legalmente instituídas com o objetivo de conciliar a conservação da natureza e o uso sustentável dos recursos naturais. Desta forma, as atividades desenvolvidas podem ser realizadas desde que seja assegurada a perenidade desses recursos.

Entretanto, a criação de unidades de conservação não garante a plena preservação do patrimônio natural. A maior parte de áreas protegidas pelo SNUC são Áreas de Proteção Ambiental – APA, cuja implantação nem sempre atinge os objetivos para uma conservação satisfatória, pois há uma dificuldade no gerenciamento dessa categoria devido principalmente ao grande número de áreas privadas e a dificuldade do poder público em aplicar um zoneamento capaz de disciplinar os usos permitidos na área de abrangência da unidade (SOUZA et al., 2011).

De acordo com Souza et al. (2011), uma melhor gestão dessas áreas se dá por meio da implantação do Plano de Manejo, que objetiva principalmente o ordenamento da ocupação humana e a conciliação da preservação com o uso sustentável dos recursos naturais. Porém, a atuação de órgãos públicos é de suma importância para contribuir na preservação de áreas protegidas, para que sejam entendidas pela população como uma forma de ordenamento do território e para despertar o seu interesse na conservação do patrimônio natural.

A Área de Proteção Ambiental do Rio Piava, localizada no município de Umuarama– PR sofre influência direta da área urbana e foi criada com a finalidade de proteger o ecossistema, controlar o uso e manejo do solo, conservar e garantir a qualidade da água do manancial de captação que abastece a cidade. Diante da importância desses fatores, a Prefeitura Municipal de Umuarama em parceria com o Poder Judiciário desenvolveu o projeto “Lixo que Vale”, que abrange parte da população que reside nos limites da APA.

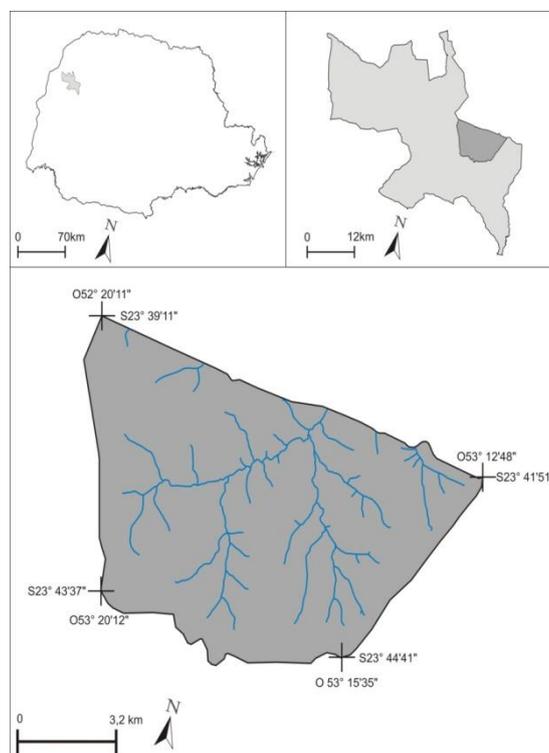
Neste contexto o presente trabalho objetiva realizar uma análise do funcionamento e implantação do projeto “Lixo que Vale” no município de Umuarama- PR, como subsídio para a iniciativa e atuação de prefeituras municipais na preservação de Unidades de Conservação – UCs.

2. MATERIAL E MÉTODOS

2.1 Material

O município de Umuarama esta situado na porção noroeste do Estado do Paraná, localizado nas coordenadas $23^{\circ}45'59''\text{S}$ e $53^{\circ}19'30''\text{O}$, no Terceiro Planalto Paranaense (Figura 1). Apresenta uma população estimada de 108.218 habitantes e abrange uma área de 1.233 Km² (IBGE, 2010).

Figura 1: Mapa de Localização da Área de Preservação Ambiental, Umuarama-PR.



Possui dentro de seus limites a Área de Proteção Ambiental do Rio Piava, legalmente instituída pelo Decreto Municipal nº 050/98. Esta unidade de conservação, de acordo com o Plano de Manejo (PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA, 2013), conta com uma área de 8.344,644 hectares e vegetação característica da Floresta Estacional Semidecidual Submontana. O relevo é suavemente plano com faixas de altitude entre 365 a 503 metros e o clima predominante é o subtropical. Quanto ao tipo de solo de maior ocorrência, verifica-se o Latossolo Vermelho Distrófico.

Em relação ao uso da terra na APA, observa-se a presença de pastagens áreas de cultivo, área de reserva legal (ARL), áreas de preservação permanente (APP), cultivo de eucalipto, chácaras de lazer e área urbana. A tabela 1 apresenta a caracterização do uso da terra na APA conforme o Plano de Manejo (PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA, 2013).

Tabela 1: Caracterização do uso da terra da Área de Proteção Ambiental.

Ocupação	Área ocupada (HA)	Representatividade (%)
Área de Preservação Permanente (APP)	428,650	5,1
Área de Reserva Legal (ARL)	695,200	8,3
Cultivo de Eucaliptos	212,820	2,6
Área Urbana	63,560	0,8
Chácaras (Lazer)	148,870	1,8
Cultivo	681,370	8,2
Pastagens	6144,194	73,3
TOTAL	8344,644	100

Fonte: Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental do Rio Piava – Umuarama (PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA, 2013).

O projeto “Lixo que Vale” atua na área urbana da APA. E foi criado com objetivo principal de preservar as nascentes do Rio Piava que estão localizadas nessa região.

2.2 Métodos

Inicialmente foi realizado um levantamento bibliográfico sobre a legislação ambiental que regulamenta e protege as Unidades de Conservação e informações sobre a área de estudo e o projeto “Lixo que Vale”. Posteriormente foi realizada a coleta de dados junto a Prefeitura Municipal de Umuarama sobre o funcionamento do projeto, o número de famílias atendidas, a quantidade de resíduos gerados nas áreas de atuação e a quantidade de alimentos fornecidos pela Prefeitura aos beneficiados pelo programa para o período de janeiro a setembro de 2015.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A implantação do projeto “Lixo que Vale” na APA em Umuarama foi sustentada por três aspectos importantes: o ambiental, o social e o econômico.

O seu funcionamento vigorou a partir do ano de 2011, por uma iniciativa da Prefeitura Municipal de Umuarama – PR em Parceria com o Poder Judiciário, motivada pela necessidade de preservar as nascentes presentes na área urbana da APA. Tais nascentes pertencem ao Rio Piava, curso de água que abastece o município.

Segundo informações obtidas na Prefeitura, antes da implantação do projeto verificava-se a disposição inadequada de resíduos sólidos, causando a poluição das nascentes da Área de Proteção Ambiental. Diante da dificuldade de conter o despejo inadequado dos resíduos, a Prefeitura Municipal tomou a iniciativa de criar um projeto que pudesse diminuir a quantidade de resíduos sólidos gerados na área urbana da APA e garantir a sua conservação. Neste contexto surgiu o projeto “Lixo que Vale”, que atingiu com efetividade os resultados esperados, atuando há quatro anos no município. O programa abrange o Parque Jaboticabeiras onde estão inseridos os bairros

Jaboticabeiras e Sete Alqueires e o Parque Industrial que inclui os bairros: Industrial, Arco-Íris, Viveiros e Alto da Glória.

A troca de material reciclável por alimentos é um dos enfoques principais do programa para garantir a conservação da APA. Esse processo ocorre da seguinte forma: os moradores coletam e separam o material reciclável que é recolhido semanalmente por veículos da prefeitura municipal e trocados pela “moeda verde”. Após a coleta, o material é doado para Cooperativa de Materiais Recicláveis de Umuarama – COOPERUMA, onde passa pela triagem, prensagem e comercialização. Parte do dinheiro resultante desta comercialização é utilizado na compra de alimentos, feita pela equipe que coordena a Cooperativa de Produtores Rurais de Umuarama.

A cada quinze dias são realizadas feiras nos bairros atendidos pelo programa, em locais determinados, onde ocorre a troca da “moeda verde” pelos produtos fornecidos. Dentre os alimentos oferecidos estão verduras, legumes, frutas, carne e ovos. A feira é realizada com acompanhamento de nutricionistas, que promovem palestras sobre educação alimentar e saúde. A tabela 2 permite verificar o número de famílias atendidas pelo programa, a quantidade de resíduos gerados nos parques e a quantidade de alimentos fornecidos pela prefeitura.

Tabela 2: Número de famílias beneficiadas, quantidade de resíduos coletados e quantidade de alimentos fornecidos para o período de janeiro a setembro de 2015.

Áreas atendidas pelo projeto	Número de Famílias Beneficiadas	Quantidade de resíduos coletado no ano de 2015 (t)	Quantidade de alimentos fornecido no ano de 2015 (t)
Parque Industrial	318	108	65
Parque Jaboticabeiras	330	121	52

Fonte: Prefeitura Municipal de Umuarama

A princípio, a implantação do projeto foi um pequeno avanço na iniciativa de preservar a Área de Proteção Ambiental. Atingiu seu objetivo e ganhou reconhecimento, recebendo o Prêmio Expressão de Ecologia de Santa Catarina em 2015, na categoria Gestão Municipal de Resíduos Sólidos.

Quanto aos benefícios ambientais obtidos com o projeto observou-se uma melhora efetiva na preservação da Área de Proteção Ambiental, com a redução da poluição da nascente do rio Piava e a eliminação dos focos de mosquitos transmissores da dengue, que segundo informações obtidas na Prefeitura não ocorrerem desde 2012.

No âmbito social, o projeto promoveu a educação ambiental, com a participação e o apoio dos moradores na coleta dos materiais recicláveis e trouxe melhoria da qualidade de vida da população residente nos bairros atendidos, devido o fornecimento de alimentos a essas famílias.

E finalmente, sob os aspectos econômicos, além de beneficiar 348 famílias participantes do projeto com o fornecimento de alimentos, beneficiou outras 100 famílias de produtores rurais através da venda dos alimentos que produzem.

4. CONCLUSÕES

Diante da importância da preservação ambiental de Unidades de Conservação e da atuação das Prefeituras Municipais no papel de promover e incentivar a população no uso sustentável dos recursos naturais dentro das APAs, conclui-se que o projeto “Lixo que Vale” com o seu retorno positivo pode servir como subsídio para implantação de programas em outras Prefeituras Municipais, garantindo assim, a preservação ambiental de áreas naturais protegidas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de Julho de 2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 18 de Julho de 2000.

DEBETIR, E. **Gestão de Unidades de Conservação sob influência de áreas urbanas: Diagnósticos e estratégias na Ilha de Santa Catarina – Brasil**. 2006. 265f. Tese (Doutorado em Engenharia Civil). Programa de Pós Graduação em Engenharia Civil. Universidade Federal de Santa Catarina, 2006.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/uf.php?lang=&coduf=41&search=parana>>. Acesso em 01 de outubro de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA; SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E TURISMO; SANEPAR; CMMA; CONSELHO GESTOR DO RIO PIAVA; GAT; CONSELHO CONSULTIVO DO PLANO DE MANEJO; ARENITO AMBIENTAL. 2013. **Plano de manejo da APA do rio Piava**. Umuarama, 2013, 70p.

SEIFFERT, M. E. B. **Gestão Ambiental: Instrumentos, Esferas de Ação e Educação Ambiental**. São Paulo: Atlas, 2009.

SOUZA, N.O.M.; SANTOS, F.R.P.; SALGADO, M.A.S.; ARAUJO, F.F.S. Dez anos de historia: avanços e desafios do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. In: MEDEIROS, R.; ARAUJO, F.F.S. (Org). **Dez anos do Sistema de Unidades de Conservação da Natureza: lições do passado, realização presentes e perspectivas para o futuro**. Brasília: MMA, 2011.